



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5020, de 06/03/2018

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: **3496/2018-e**
Rubrica:.....

PROCESSO Nº **3496/2018-e**

RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

1º REVISOR: CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

2º REVISOR: CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA

EMENTA : Edital nº 21/DGP-PMDF, publicado no DODF de 26.01.18, destinado à abertura de concurso público de admissão ao Curso de Formação de Praças (CFP), na graduação de Soldado Policial Militar do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes - QPPMC, da Polícia Militar do Distrito Federal.

Na fase de discussão da matéria, o representante do Ministério Público junto à Corte, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, manifestou-se, com esteio no art. 95 do RI/TCDF, pelo acolhimento do voto de vista do 1º Revisor, Conselheiro MÁRCIO MICHEL.

DECISÃO Nº 844/2018

O Tribunal decidiu: I) por unanimidade, de acordo com o voto do Relator: 1. tomar conhecimento do Edital nº 21/DGP - PMDF, publicado no DODF de 26.1.2018, que divulgou o concurso público de admissão ao Curso de Formação de Praças (CFP), na graduação de Soldado Policial Militar do Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes-QPPMC, da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como do Aviso de Contratação de Instituição para Realização de Concurso Público, publicado no DODF de 16.1.2017; 2. determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 5 (cinco) dias, retifique o Edital nº 21/DGP - PMDF, publicado no DODF de 26.1.2018, para alterar a redação do subitem 23.7, a fim de ajustá-la à decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, adotada em sede de repercussão geral no âmbito Recurso Extraordinário nº 837311, no sentido de que o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas previsto do edital; 3. alertar o órgão jurisdicionado de que referida modificação deverá ser publicada integralmente no Diário Oficial do Distrito Federal, no site oficial do órgão público e no site da pessoa jurídica contratada para realizar o concurso público; 4. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para o acompanhamento do concurso; II) por maioria, em acolhimento ao voto do 2º Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, determinar à PMDF que faça constar do edital, expressamente, o artigo 11 do Decreto federal n.º 6.944, de 21 de agosto de 2009. Vencido, quanto ao item II, o

Relator, Conselheiro PAIVA MARTINS, que manteve o seu voto. O 1º Revisor, Conselheiro MÁRCIO MICHEL, acompanhou o Relator e o 2º Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, ficando vencido nos termos do seu voto de vista, apresentado com esboço no art. 98, § 1º, do RI/TCDF.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPjTCDF, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro RENATO RAINHA.

SALA DAS SESSÕES, 06 de Março de 2018


João Batista Pereira de Souza
Secretário das Sessões Substituto


Anilcéia Luzia Machado
Presidente